

03/05/2011

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 104.286 SÃO PAULO**

**RELATOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
**PACTE.(s)** : **PETRONÍLIO JOSÉ VILELA**  
**IMPTE.(s)** : **LUIZ MANOEL GOMES JÚNIOR**  
**COATOR(A/S)(ES)** : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*Habeas Corpus*. 2. Ex-prefeito condenado pela prática do crime previsto no art. 1º, II, do Decreto-Lei 201/1967, por ter utilizado máquinas e caminhões de propriedade da Prefeitura para efetuar terraplanagem no terreno de sua residência. 3. Aplicação do princípio da insignificância. Possibilidade. 4. Ordem concedida.

### **A C Ó R D ã O**

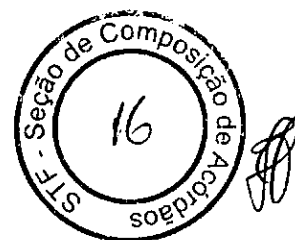
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, deferir a ordem para cassar as decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e trancar a Ação Penal n. 990.09.085546-0, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 3 de maio de 2011.

**Ministro GILMAR MENDES**

Presidente e Relator

*Documento assinado digitalmente*



03/05/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 104.286 SÃO PAULO

|                 |                                |
|-----------------|--------------------------------|
| RELATOR         | : MIN. GILMAR MENDES           |
| PACTE.(S)       | : PETRONÍLIO JOSÉ VILELA       |
| IMPTE.(S)       | : LUIZ MANOEL GOMES JÚNIOR     |
| COATOR(A/S)(ES) | : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA |

## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - (Relator): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado por Luiz Manoel Gomes Júnior, em favor de Petronílio José Vilela.

O paciente, ex-prefeito do Município de Taquaral-SP, foi denunciado por suposta infração ao disposto no artigo 1º, II, do Decreto Lei n. 201/1967, por "*utilizar máquinas e caminhões de propriedade da prefeitura daquele município, na sua propriedade particular, para efetuar serviços de terraplanagem no terreno de sua residência*". (Apenso 1, fls. 215-216)

Em 23 de junho de 2009, a 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP), por unanimidade, condenou o paciente à pena de 2 anos de detenção, em regime inicial aberto, por infração ao disposto no art. 1º, II, do Decreto-Lei 201/67, substituída por pena restritiva de direito, consistente em prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas. Na oportunidade, foi decretada, ainda, a perda do mandato e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, alegando ausência de ato ilícito, ante a absoluta insignificância da conduta do paciente. A Sexta Turma do STJ, por votação unânime, denegou a ordem (DJe 31.5.2010).

Dai o presente *habeas corpus* perante o STF, no qual a defesa solicita, em síntese, a aplicação do princípio da insignificância.

Sustenta, para tanto, que não há efetiva lesão ao bem jurídico tutelado, dado que os serviços prestados, se contabilizados hoje, não ultrapassariam o valor de R\$ 40,00.

**HC 104.286 / SP**

Aduz ser justificável seu comportamento, haja vista ser praxe nas administrações municipais a prestação de auxílios aos munícipes.

Alega, ainda, que houve o efetivo pagamento pelos serviços prestados, nos termos da guia de arrecadação municipal, e do óleo diesel utilizado pelas máquinas.

Nesses termos, requer a concessão da ordem, a fim de que seja trancada a ação penal (Procedimento Ordinário 990.09.085546-0, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).

Indeferi a liminar em 8.6.2010 (fls. 27-32).

A Procuradoria-Geral da República opinou pela denegação da ordem (fls. 34-37).

É o relatório.

03/05/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 104.286 SÃO PAULO

## VOTO

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - (Relator):** No presente *habeas corpus*, discute-se a possibilidade de aplicação, ou não, do princípio da insignificância a ex-prefeito condenado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pela prática do crime previsto no art. 1º, II, do Decreto-Lei 201/1967, por ter utilizado máquinas e caminhões de propriedade da Prefeitura, em 12.12.2004, para efetuar terraplanagem no terreno de sua residência (calçada).

No caso, sustenta a defesa que não há efetiva lesão ao bem jurídico tutelado, dado que os serviços prestados, se contabilizados hoje, não ultrapassariam o valor de R\$ 40,00 (de acordo com a novel lei municipal que regula o aluguel de máquinas da Prefeitura – Lei n. 304 de 6 de outubro de 2006). À época dos fatos, utilizou-se do prescrito em lei de município vizinho (Pitangueiras – Decreto n. 2.370 de 2 de janeiro de 2004), cujo valor seria aproximadamente de R\$ 70,00 (setenta reais), recolhido em 21.12.2004.

Evidencio, inicialmente, que, após um longo processo de formação, marcado por decisões casuais e excepcionais, o princípio da insignificância acabou por solidificar-se como importante instrumento de aprimoramento do Direito Penal, sendo paulatinamente reconhecido pela jurisprudência dos tribunais superiores e, também, por este Supremo Tribunal Federal. Confira-se:

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE FURTO. INEXISTÊNCIA DE LESÃO A BEM JURIDICAMENTE PROTEGIDO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: INCIDÊNCIA. ANÁLISE RESERVADA AOS ASPECTOS OBJETIVOS DO FATO. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA.

1. A tentativa de furto praticada pela Paciente não resultou em dano ou perigo concreto relevante, de modo a

HC 104.286 / SP

lesionar ou colocar em perigo o bem jurídico reclamado pelo princípio da ofensividade. A conduta tem contornos que demonstram pouca importância de relevância na seara penal, pois, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma, incide, na espécie, o princípio da insignificância, que reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal e, por consequência, torna atípico o fato denunciado.

2. A jurisprudência deste Supremo Tribunal admite, em casos específicos, a incidência do princípio da insignificância, em face de aspectos objetivos do fato. Tais aspectos apresentam-se no caso, a autorizar a concessão da ordem pleiteada.

3. Ordem concedida. (HC n. 96.822/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, unânime, DJe 7.8.2009).

*HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO. TENTATIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. OCULTA COMPENSATIO.*

1. A aplicação do princípio da insignificância há de ser criteriosa e casuística.

2. Princípio que se presta a beneficiar as classes subalternas, conduzindo à atipicidade da conduta de quem comete delito movido por razões análogas às que toma São Tomás de Aquino, na Suma Teológica, para justificar a oculta compensatio. A conduta do paciente não excede esse modelo.

3. O paciente tentou subtrair de um estabelecimento comercial mercadorias de valores inexpressivos. O direito penal não deve se ocupar de condutas que não causem lesão significativa a bens jurídicos relevantes ou prejuízos importantes ao titular do bem tutelado, bem assim à integridade da ordem social.

Ordem deferida. (HC n. 97.189/RS, Red. p/ o acórdão Min. Eros Grau, Segunda Turma, por maioria, DJe 14.8.2009).

*AÇÃO PENAL. Delito de furto. Subtração de aparelho de som de veículo. Tentativa. Coisa estimada em cento e trinta reais. Res furtiva de valor insignificante. Inexistência de fuga,*

**HC 104.286 / SP**

reação, arrombamento ou prejuízo material. Periculosidade não considerável do agente. Circunstâncias relevantes. Crime de bagatela. Caracterização. Aplicação do princípio da insignificância. Atipicidade reconhecida. Absolvição decretada. HC concedido para esse fim. Precedentes. Verificada a objetiva insignificância jurídica do ato tido por delituoso, à luz das suas circunstâncias, deve o réu, em recurso ou habeas corpus, ser absolvido por atipicidade do comportamento, quando tenha sido condenado. (HC 92.988/RS, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, unânime, DJe 26.6.2009).

Impende destacar que o princípio da bagatela, como postulado hermenêutico voltado à descriminalização de condutas formalmente típicas, atua, exatamente, sobre a tipicidade.

Nesse sentido, embora admita que a tipicidade penal deva ser vista sob o prisma formal, assevero, todavia, que, hodiernamente, ganha relevo a denominada tipicidade material, consoante frisou o Ministro Celso de Mello, ao deferir a ordem no HC n. 98.152/MG (DJe de 5.6.2009):

“É importante assinalar, neste ponto, por oportuno, que o princípio da insignificância — que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal — tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material [...]”

Assim, para que seja razoável concluir, em caso concreto, no sentido da tipicidade, mister se faz a conjugação da tipicidade formal com a material. Nesses termos, o aplicador do direito, ao constatar a presença da tipicidade formal, mas a ausência da material, encontrar-se-á diante de caso manifestamente atípico.

Este Supremo Tribunal Federal tem entendimento no sentido de que, para incidência do princípio da insignificância, alguns vetores devem ser objetivamente considerados, quais sejam: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) a ausência de periculosidade social da ação; c) o

HC 104.286 / SP

reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; d) a inexpressividade da lesão jurídica causada (Cf. HC n. 84.412/SP, rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, unânime, DJe 19.11.2004).

Postas essas premissas, passo à análise do mérito deste *writ*.

Em 23 de junho de 2009, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo condenou o paciente à pena de 2 anos de detenção, em regime inicial aberto, por infração ao disposto no art. 1º, II, do Decreto-Lei 201/67, pois, na condição de prefeito do município de Taquaral/SP, teria utilizado máquinas e caminhões de propriedade da Prefeitura para efetuar serviços de terraplanagem em sua propriedade particular (calçada do sítio em que morava).

Pode-se aferir dos documentos acostados aos autos que era praxe da Prefeitura o empréstimo das máquinas aos munícipes, que não pagavam pelo serviço, apenas compravam o combustível e remuneravam num valor não fixo aos motoristas.

No caso concreto, o ex-prefeito pagou o combustível e ao motorista e, após a prestação do serviço, recolheu aos cofres da Prefeitura o valor de R\$ 70,00, considerado o uso das máquinas. Para chegar a esse valor utilizou-se de legislação de município vizinho (Pitangueiras).

Hoje em dia, o valor devido pelo ex-prefeito seria de R\$ 40,00 (quarenta reais), considerada a novel lei do município de Taquaral (Lei n. 304 de 6 de outubro de 2006).

Cumprе destacar, no ponto, que, em caso análogo aos dos autos (HC 88.941/AL), a Primeira Turma deste Supremo Tribunal Federal, analisando de forma subjetiva, teve o ensejo de indeferir a ordem de *habeas corpus*, por reputar que “*descabe agasalhar o princípio da insignificância – consoante o qual hão de ser levados em conta a qualificação do agente e os valores envolvidos – quando se trata de prefeito e de coisa pública*”.

Não obstante as oportunas considerações expostas no HC 88.941/AL, entendo que a espécie guarda peculiaridades.

O Superior Tribunal de Justiça entendeu ser inaplicável o princípio da bagatela tendo em vista a própria condição do condenado (prefeito) e o fato de que o valor não seria apto à aplicação do princípio, pois se trata

**HC 104.286 / SP**

de coisa pública.

Malgrado os persuasivos fundamentos invocados pelo Superior Tribunal de Justiça ao denegar a ordem, tenho para mim que, ao invocar a condição de prefeito do paciente como obstáculo à aplicação do princípio da insignificância, afastou-se da melhor jurisprudência sufragada por esta Corte.

Para a aplicação do princípio em comento, apenas aspectos de ordem objetiva do fato devem ser analisados. E não poderia ser diferente. É que, levando-se em conta que o princípio da insignificância atua como verdadeira causa de exclusão da própria tipicidade, equivocado é afastar-lhe a incidência tão somente pelo fato de o paciente ter praticado o crime na condição de prefeito da municipalidade. Partindo-se do raciocínio de que crime é fato típico e antijurídico — ou, para outros, fato típico, antijurídico e culpável —, é certo que, uma vez excluído o fato típico, um dos elementos integrantes da estrutura do crime, estar-se-á diante de indiferente penal.

É por isso que reputo mais coerente a linha de entendimento segundo a qual, para a incidência do princípio da bagatela, devem ser sopesadas somente as circunstâncias objetivas em que se deu a prática delituosa, o fato em si, e não atributos inerentes ao agente, sob pena de, ao proceder a uma análise subjetiva, dar-se prioridade ao contestado e ultrapassado direito penal do autor em detrimento do direito penal do fato.

Nesse ponto, sempre valiosos os ensinamentos de Francisco de Assis Toledo, ao fazer digressão sobre a culpabilidade do fato e a culpabilidade do autor:

“Uma corrente de penalistas – a dominante, segundo supomos – opta pela culpabilidade do fato. Segundo esta corrente a censura de culpabilidade recai sobre o fato do agente, isto é, sobre o comportamento humano (ação ou omissão) que realiza um fato-crime. Coloca-se a tônica no fato do agente, não no agente do fato. Apóia-se esta concepção da culpabilidade na



HC 104.286 / SP

constatação empírica, pragmática, de que o agente, sendo dotado de certa capacidade de compreensão e de escolha, é culpável por um fato ilícito, na medida em que concretiza o injusto, podendo, nas circunstâncias, ter agido de outro modo. Com isso, o poder-agir-de-outro-modo coloca-se como pressuposto ou como fundamento do juízo de censura de culpabilidade.

Existe, entretanto, outra corrente de penalistas, mais reduzida mas não sem importância pela grande projeção e influência de seus seguidores, que não pensa exatamente assim. Partindo da premissa de que em certos casos a faculdade de compreensão do injusto – portanto a possibilidade de escolha – está comprometida pela conduta da vida do agente, a, ainda, partindo da suposição de que não há meios de se verificar no agente concreto o aludido poder-agir-de-outro-modo, concluem estes penalistas que a única solução, para se salvar o juízo de culpabilidade, seria desfocá-lo do “fato” para a “pessoa agente”. Censurável não seria já o agente pelo seu comportamento, pelo injusto típico, mas sim pela sua conduta de vida, pelo seu caráter, pela sua personalidade; numa palavra: pelo seu modo de ser e viver.

[...].

235. Direito penal de autor e culpabilidade de autor. O direito penal moderno é, basicamente, um direito penal do fato. Está construído sobre o fato-do-agente e não sobre o agente-do-fato. Demonstra a veracidade dessa afirmação a estrutura da grande maioria dos tipos penais que, segundo as exigências do princípio *nullum crimen, nulla poena sine lege*, descrevem um modelo de conduta proibida e não um tipo criminológico de autor. As exceções são raras (rufianismo, vadiagem etc.) e, pois, não infirmam a regra.

Nem sempre, porém, foi assim.

Pode-se mesmo afirmar ter sido essa uma penosa conquista da humanidade, sobrevinda com a “secularização” do direito penal ou com a sua desvinculação de propósitos políticos imediatistas. Fácil será, portanto, apontar, na história,

HC 104.286 / SP

períodos em que se pretendeu, por motivos religiosos ou por razões de Estado, fundar a pena criminal não naquilo que o “agente faz”, mas no que “ele é”. [...].

Do que foi exposto, conclui-se ser possível, sem conotação ideológica, rotularem-se de “direito penal do autor” várias correntes, de origem e propósitos diversos que, todavia, têm de comum a colocação do agente, com o seu caráter, com a sua personalidade, no centro do problema penal, com inteira precedência lógica sobre o fato, considerado este último mero fenômeno sintomático, ou mero ponto de partida para a aplicação da pena criminal. Direito penal de autor, nesse sentido amplo, opõe-se a direito penal do fato.

Filiada historicamente a uma concepção do direito penal de autor está, sem dúvida, a denominada “culpabilidade de autor” (*Täterschuld*), como também a teoria do “tipo de autor” (Dahm Mezger etc.). Desde que se entendeu que o direito penal devia colocar o foco sobre a pessoa do autor, com absoluta primazia, e não sobre o fato isolado, sobre o injusto típico, seria inevitável procurar-se um novo fundamento para a culpabilidade, pois também esta deixaria de ser culpabilidade do fato isolado para erigir-se em culpabilidade do autor. Dentre desta concepção, culpável não mais será o fato do agente, mas o próprio agente pelo seu “modo de ser”, pelo seu caráter etc.

[...].

242. De tudo que foi dito no título anterior podemos extrair as seguintes conclusões:

1ª) O crime surge aos nossos olhos como um fato causado por um ser humano. Nele podemos, pois, identificar facilmente dois fragmentos bastante nítidos: o fato e o seu autor, ou a ação humana e o agente.

Diante de tal constatação, é possível, para a construção de um sistema punitivo, tomar-se por base um desses dois fatores (o fato ou o autor), ou ambos ao mesmo tempo. Um sistema que considerasse exclusivamente o fato, destacado do agente, seria um puro “direito penal do fato” (*Tatstrafrect*). Outro que, ao contrário, considerasse exclusivamente o autor, destacado do

**HC 104.286 / SP**

fato, seria um puro “direito penal do autor” (*Täterstrafrecht*).

Na verdade, porém, nenhum sistema se apresenta com essa pureza. O que há são sistemas que mais se aproximam ora de um, ora de outro desses dois extremos. Exemplo de um direito penal algo extremado pode ser encontrado na escola clássica, que, por meio da noção abstrata da ação humana, via no crime um ente jurídico e disso extraía as necessárias consequências. Exemplo de um extremado direito penal do autor encontramos-lo nas ideais e soluções propostas por certos positivistas que, supondo possível identificarem-se no homem as causas mecânicas do crime, catalogaram alguns tipos de delinquentes e, com abstração do fato, pretenderam substituir a imputabilidade pela noção de periculosidade, a pena retributiva pela medida de segurança, ou pela terapêutica do criminoso.

Entre essas duas posições opostas, situam-se as correntes moderadas em prol de um direito penal do fato que considere também o autor. Esta é a posição do moderno direito penal, predominantemente um moderado direito penal do fato. Assim é na Alemanha, na Itália, no Brasil e em outros países civilizados.

[...].

Na culpabilidade pela fato, que também não desconsidera o agente, conforme foi visto, não é possível esse desligar-se do fato, em momento algum, visto que é o fato que dará os concretos e definitivos limites para a atuação do Estado na esfera penal. Franz Von Liszt percebeu bem isso quando afirmava que, em sua opinião, por paradoxal que pudesse parecer, “o Código Penal é a Magna Carta do delinquent”, protegendo não a coletividade, mas o indivíduo que contra ela se rebela, ao garantir-lhe o direito de ser castigado só quando ocorrerem os pressupostos legais e dentro dos limites legais.

Ora, esses pressupostos e limites muito pouco valeriam se estivessem referidos a conceitos variáveis, pouco seguros, e não a características objetivas que só podem ser oferecidas pelo fato. Daí a já mencionada tipologia de fatos, não de autores. – (Toledo, Francisco de Assis. *Princípios Básicos de Direito Penal*.

**HC 104.286 / SP**

5ª ed., pg. 235-253. São Paulo: Saraiva, 2007).

É por isso que, diante de todas essas considerações, não tenho como concordar com o fundamento utilizado pelo STJ, ao afastar a incidência do princípio da insignificância, tão-só pelo fato de o paciente, no momento da infração penal, exercer o cargo de prefeito. Ao assim agir, nas palavras de Toledo, deu-se prioridade ao “agente-do-fato” e não ao “fato-do-agente”. Não se pretendeu, em momento algum, auferir a reprovabilidade, a censurabilidade do comportamento supostamente criminoso (o que de fato teria feito o agente). Por outro lado, afastou-se a aplicação do princípio da bagatela sem sequer se examinar se a conduta perpetrada possuía, ou não, a condição de provocar lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado.

As circunstâncias do caso concreto levam-me a entender não ser razoável que o direito penal e todo o aparelho do Estado-Polícia e do Estado-Juiz movimentem-se no sentido de atribuir relevância típica à utilização indevida, em proveito próprio, de bens públicos, em operação que totalizaria hoje a pequena monta de R\$ 40,00 (quarenta reais) e, à época dos fatos de R\$ 70,00 (setenta reais). A despeito de conseguir enxergar no caso a denominada tipicidade formal — perfeita adequação entre a conduta praticada e o modelo abstrato previsto na lei penal —, não consigo vislumbrar, sob qualquer ótica com que se olhe, a denominada tipicidade material, dado que as condições que circundam o delito dão conta da sua singeleza, miudeza e não habitualidade, não havendo qualquer lesividade efetiva e concreta ao bem jurídico tutelado, sendo atípica a conduta imputada ao paciente.

Isso porque, ante o caráter eminentemente subsidiário que o Direito Penal assume, impõe-se a sua intervenção mínima, somente devendo atuar para a proteção dos bens jurídicos de maior relevância e transcendência para a vida social. Em outras palavras, não cabe ao direito penal — como instrumento de controle mais rígido e duro que é — ocupar-se de condutas insignificantes, que ofendam com o mínimo grau de lesividade o bem jurídico tutelado.

Assim, só cabe ao Direito Penal intervir quando os outros ramos do

HC 104.286 / SP

direito demonstrarem-se ineficazes para prevenir práticas delituosas (princípio da intervenção mínima ou *ultima ratio*), limitando-se a punir somente as condutas mais graves dirigidas contra os bens jurídicos mais essenciais à sociedade (princípio da fragmentariedade). Nesse sentido, colho precedente desta Corte:

HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. OCULTA COMPENSATIO. 1. A aplicação do princípio da insignificância há de ser criteriosa e casuística. 2. Princípio que se presta a beneficiar as classes subalternas, conduzindo à atipicidade da conduta de quem comete delito movido por razões análogas às que toma São Tomás de Aquino, na Suma Teológica, para justificar a oculta compensatio. A conduta do paciente não excede esse modelo. 3. A subtração de aparelho celular cujo valor é inexpressivo não justifica a persecução penal. **O Direito Penal, considerada a intervenção mínima do Estado, não deve ser acionado para reprimir condutas que não causem lesões significativas aos bens juridicamente tutelados.** Aplicação do princípio da insignificância, no caso, justificada. Ordem deferida. (grifei) - (HC n. 96.496/MT, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, unânime, DJe 22.5.2009).

Ademais, o princípio da moralidade não pode servir de supedâneo para condenação do paciente. É que, conforme consta dos documentos acostados aos autos, ele não teve dolo de ferir tal princípio, mas a intenção de ajudar a sociedade do município de Taquaral, que estava com obras em curso; o ex-prefeito procurou amenizar os problemas remanejando terras para a terraplanagem não só na área de sua propriedade (calçada da residência), mas também nas propriedades dos munícipes. É de ressaltar, ainda, que a Prefeitura nada cobrava dos moradores, restando o pagamento de quantia não fixada aos condutores das máquinas e o abastecimento de óleo diesel.

Por fim, atesto que a jurisprudência desta Corte tem sido no sentido de que a insignificância da infração penal, que tenha o condão de

**HC 104.286 / SP**

descaracterizar materialmente o tipo, impõe o trancamento da ação penal por falta de justa causa, inclusive em casos de crimes contra a Administração Pública - peculato (HC 87478, Min. EROS GRAU, Primeira Turma, DJ 23.2.2007; e HC 92634, Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJ 15.2.22008 ):

*"HABEAS CORPUS . PECULATO PRATICADO POR MILITAR. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. CONSEQUÊNCIAS DA AÇÃO PENAL. DESPROPORCIONALIDADE. 1. A circunstância de tratar-se de lesão patrimonial de pequena monta, que se convencionou chamar crime de bagatela, autoriza a aplicação do princípio da insignificância, ainda que se trate de crime militar. 2. Hipótese em que o paciente não devolveu à Unidade Militar um fogão avaliado em R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco) reais. Relevante, ademais, a particularidade de ter sido aconselhado, pelo seu Comandante, a ficar com o fogão como forma de ressarcimento de benfeitorias que fizera no imóvel funcional. Da mesma forma, é significativo o fato de o valor correspondente ao bem ter sido recolhido ao erário. 3. A manutenção da ação penal gerará graves consequências ao paciente, entre elas a impossibilidade de ser promovido, traduzindo, no particular, desproporcionalidade entre a pretensão acusatória e os gravames dela decorrentes. Ordem concedida. (HC 87478, Min. EROS GRAU, Primeira Turma, DJ 23.2.2007).*

*HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR. PACIENTE DENUNCIADO PELA INFRAÇÃO DO ART. 303, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL MILITAR (PECULATO). ALEGAÇÃO DE INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FAVORÁVEL À TESE DA IMPETRAÇÃO: APLICAÇÃO À ESPÉCIE VERTENTE. HABEAS CORPUS DEFERIDO". (HC 92634, Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJ 15.2.22008).*

**HC 104.286 / SP**

E, mais recentemente, o HC 107.370, da minha relatoria, julgado em 26.4.2011.

Nesses termos, concedo a ordem para cassar a decisão emanada do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para trancar a Ação Penal n. 990.09.085546-0, ante a aplicação do princípio da insignificância.

É como voto.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 104.286**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

PACTE.(S) : PETRONÍLIO JOSÉ VILELA

IMPTE.(S) : LUIZ MANOEL GOMES JÚNIOR

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Deferida a ordem, para cassar a decisão emanada do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para trancar a Ação Penal nº 990.09.085546-0, ante a aplicação do princípio da insignificância, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Celso de Mello e Ayres Britto. **2ª Turma**, 03.05.2011.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Ayres Britto.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador